

# **REDES QUE ALIMENTAM: A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROTAGONISMO FEMININO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SANTANA DO CARIRI - CE<sup>1</sup>**

*Ariza Maria Rocha \**

*José Arimatea Barros Bezerra\*\**

*Erikles Silva Dionísio\*\*\**

**RESUMO:** Este texto tem o objetivo de analisar as redes que alimentam o PNAE, partindo das experiências de locais na promoção da segurança alimentar e nutricional, inclusão produtiva e valorização da cultura alimentar regional, optou-se, então, por aprofundar a interdependência intersetorial por um Estudo de Caso qualitativo com base na experiência de Dona Silvani, residente na zona rural do município de Santana do Cariri, Ceará. Recorreu-se também à pesquisa bibliográfica sobre o tema e a imagens fotográficas. Por essa via, pretende-se contribuir para a compreensão de como as políticas públicas de alimentação e nutrição — em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) — são apropriadas em contextos locais, destacando a experiência de uma agricultora familiar provedora de gêneros alimentícios para esse programa. Nesse município, o crescimento das compras públicas da agricultura familiar para o PNAE indica o fortalecimento da economia local e o compromisso com uma alimentação escolar saudável e adequada. Os achados deste estudo evidenciam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), quando articulado com redes comunitárias, políticas públicas e práticas agroecológicas, atua como uma estratégia de inclusão produtiva, de segurança alimentar e nutricional e de valorização da cultura alimentar regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Redes Intersetoriais. Santana do Cariri.

## **FEEDING NETWORKS: FAMILY FARMING AND WOMEN'S PROTAGONISM IN SCHOOL FEEDING IN SANTANA DO CARIRI – CE**

**ABSTRACT:** This text analyzes the networks that sustain the National School Feeding Program (PNAE), drawing on local experiences in promoting food and nutrition security, productive inclusion, and the appreciation of regional food culture. It was therefore decided to explore intersectoral interdependence in greater depth through a qualitative case study based on the experience of Dona Silvani, a resident of the municipality of Santana do Cariri, Ceará, in the rural area. We also drew on bibliographic research on the topic and photographic images. In this way, we aim to contribute to the understanding of how public food and nutrition policies — notably the National School Feeding Programme (PNAE) — are effective in local contexts, highlighting the experience of a family farmer who supplies food for this programme. In this municipality, the growth in public purchases from family farms for the PNAE indicates a strengthening of the local economy and a commitment to healthy, adequate school meals. The findings of this study show that the National School Feeding Programme (PNAE), when coordinated with community networks, public policies, and agroecological practices, acts as a strategy for productive inclusion, food and nutritional security, and the promotion of regional food culture.

**KEYWORDS:** School Feeding. Family Farming. Intersectoral Networks. Santana do Cariri.

---

<sup>1</sup> Este texto é um dos resultados da pesquisa intitulada “Alimentos Tradicionais do Ceará, Alimentação Escolar e Desenvolvimento Sustentável”. Agradecemos ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – pelo financiamento e pela concessão da bolsa de Iniciação Científica. O apoio ao projeto se deu por meio da Chamada nº 40/2022 - Linha 4B - Projetos em Rede - Políticas públicas para a inovação e para o desenvolvimento econômico sustentável Pro-Humanidades, 2022. Agradecemos também a Cícera Alves de Araújo, alcunha Dona Silvani, pela disponibilidade para colaborar com a pesquisa.

\* Doutorado em Educação – UFC. Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: [ariza.rocha@urca.br](mailto:ariza.rocha@urca.br), Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4706-8646>

\*\* Doutorado em Educação – UFC. Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: [josearimatea@ufc.br](mailto:josearimatea@ufc.br), Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8276-3834>,

\*\*\* Bolsista - CNPq. Graduando em Licenciatura em Educação Física - Universidade Regional do Cariri. E-mail: [erikles.dionisio@urca.br](mailto:erikles.dionisio@urca.br), Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4500-0544>

## Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 (Brasil, *Online*), é a política pública de alimentação e nutrição mais abrangente do país no âmbito da segurança alimentar e nutricional. Ao exigir que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para a alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar, o PNAE estabelece uma ponte direta entre a produção rural e a educação pública (Brasil, 2022).

A execução do programa envolve escolas, agricultores familiares, cooperativas de agricultores familiares, nutricionistas, conselhos de alimentação escolar e gestores públicos, que atuam de forma integrada para garantir o fornecimento de alimentos frescos, regionais e culturalmente adequados aos estudantes da rede pública de educação básica. Compõem uma rede interdependente e colaborativa de diferentes atores sociais e institucionais que operam em diferentes níveis — local, municipal, regional e nacional — e compartilham objetivos comuns, visando à promoção da alimentação saudável e do desenvolvimento territorial. Essa complexa articulação denomina-se, neste trabalho, de **Redes que alimentam**.

Este artigo tem o objetivo de analisar as redes que alimentam o PNAE, a partir de experiências locais, como a trajetória de uma trabalhadora rural, na promoção da segurança alimentar, da inclusão produtiva e da valorização da cultura alimentar regional. Neste texto, faz parte de uma pesquisa iniciada em 2023 nos municípios cearenses e, no levantamento sobre alimentos tradicionais e famílias agricultoras/pequenos produtores atuantes em rede que alimenta, optou-se por aprofundar a interdependência intersetorial por meio de um Estudo de Caso qualitativo.

O conceito de **Rede que Alimenta** parte dos princípios e práticas colaborativas intersetoriais de valorização da produção local elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (atualmente, [Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome](#)) através do documento **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas** (Brasil, 2012), da **Rede Brasileira de Bancos de Alimentos – RBBA** (Brasil, *Online*) e da estratégia do referido Ministério que reúne ações como o Alimenta Cidades, Cozinhas Solidárias, Agricultura Urbana, Cisternas e Fomento Rural, conforme explica a reportagem **Brasil que Alimenta: A estratégia que tirou o Brasil do mapa da fome** (Metrópoles, 28/08/2025).

Salienta-se, ainda, que a obra de Maluf *et al.* (2007) é referência para compreender a relação entre soberania alimentar, agricultura familiar e intersetorialidade das políticas públicas. Essas obras, entre outras que não caberiam citar em poucas linhas, tratam da articulação da rede que alimenta as políticas públicas, a agricultura familiar e o combate à fome.

O município de Santana do Cariri, localizado na região sul do estado do Ceará, está a 523 km de Fortaleza. Possui uma área territorial de aproximadamente 855,159 km<sup>2</sup> (IBGE, *online*) e limita-se aos municípios de Nova Olinda, Altaneira, Assaré, Crato, Potengi e Araripe, além de fazer fronteira com Exu e Bodocó, em Pernambuco.

Destaca-se por abrigar o Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Ceará, pelas romarias dedicadas à beata Menina Benigna, incluindo a construção de uma estátua de 26 m para homenagear a menina que se tornou mártir, além de fortalecer o turismo religioso em Santana do Cariri (Ceará, *online*). O referido município também se destaca pelo papel estratégico que a agricultura familiar desempenha em sua estrutura socioeconômica e pelas iniciativas culturais, educativas e socioambientais desenvolvidas pelo Museu Orgânico da Agricultura Familiar da Chapada do Araripe e pelo Projeto Lavida – Museu de Agricultura Familiar.

Em 2024, possuía uma população estimada de 17.388 habitantes e, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,612, classificado na faixa de desenvolvimento médio (IBGE, *online*). Em relação aos agricultores familiares cadastrados nos programas com o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, há aproximadamente 3.000 a 4.000 pessoas, (considerando membros das famílias, envolvidas na produção e participação do município nos referidos programas), reforçando a presença ativa desses produtores na economia local, especialmente em comunidades como e Dom Leme, Sítio Lírio, Brejo Grande.

No município de Santana do Cariri, essa articulação ganha contornos singulares por meio da atuação de mulheres agricultoras familiares/microempreendedoras e, nesse protagonismo, destaca-se Cícera Alves de Araújo, conhecida como Dona Silvani, residente em Dom Leme. Por se tratar de um estudo de caso, a protagonista autorizou o uso do seu nome e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, conforme o protocolo CAAE 41822420.2.0000.5054 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará.

Trata-se de uma pequena produtora, integrante de associação rural local, que participa da chamada pública do PNAE, fornecendo sequeiros para escolas municipais, cuja trajetória é elucidativa de como as políticas públicas se concretizam, na prática, no âmbito do PNAE, nesse território, marcado por forte identidade cultural, práticas agroecológicas e uma longa tradição de organização comunitária. Justifica-se a escolha da experiência da referida trabalhadora rural como estudo de caso diante da representatividade da produção local na alimentação escolar, bem como da relação do papel das mulheres na produção familiar.

Recorreu-se também à pesquisa bibliográfica e às imagens fotográficas e, com base no relato da participante, construiu-se a narrativa. Por essa via, pretende-se contribuir para a compreensão de como as políticas públicas de alimentação e nutrição — em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) — são apropriadas em contextos locais, destacando a experiência de uma agricultora familiar fornecedora de gêneros alimentícios para esse programa, indicando a experiência em foco como evidência de que o desenvolvimento sustentável pode ser favorecido pelas compras locais para o PNAE. Essa possibilidade se concretiza sobretudo quando há articulação entre saberes locais, políticas institucionais e protagonismo social.

Este texto tem a seguinte estrutura: Primeira Rede que Alimenta: O pão de ló e os sequilhos de Família; Segunda Rede que alimenta: Feiras Agroecológicas e o Associativismo no Desenvolvimento Rural; e a Terceira Rede que alimenta: A experiência de Dona Silvani do PNAE em Santana do Cariri. E, por último, algumas considerações.

### **Primeira Rede que Alimenta: o pão de ló e os sequilhos de família**

Este tópico apresenta um pouco da trajetória de Dona Silvani como empreendedora e do apoio da Rede Familiar ao longo de seu percurso. Mãe de dois filhos, divorciada, enfrentou grandes dificuldades para trabalhar e, ao observar sua mãe preparar bolos de pão de ló, começou a refletir sobre como transformar aquela receita familiar em fonte de renda. Foi assim que decidiu fazer o pão de ló. A Figura n. 01 retrata essa fase inicial:

Figura n.01:Dona Silvani em sua cozinha



Fonte: Araújo (2023).

Nesse contexto, inspirou-se na prática de sua mãe, que produzia bolos de pão de ló segundo uma receita familiar. Ela ressalta que o processo de aprendizado não foi fácil: na primeira tentativa, a receita deu errado. No entanto, ela não desistiu e continuou tentando até conseguir acertar o preparo do bolo tradicional da família. Ressalta-se, aqui, o papel da rede familiar na constituição de saberes culinários e na geração de renda.

A observação cotidiana desse saber doméstico motivou-a a preparar o mencionado bolo, ainda que o processo inicial tenha sido marcado por tentativas frustradas. A persistência, contudo, resultou na apropriação da técnica e na consolidação de uma atividade produtiva. A partir de sua experiência, observa-se como práticas alimentares herdadas de gerações anteriores podem se configurar como estratégias de sobrevivência e de afirmação cultural.

Segundo Dona Silvani, a tradição do pão de ló teve início com sua avó, que comercializava o produto em uma feira livre no distrito Dom Leme. A avó fazia iguarias para vender nessa feira livre, e Dona Silvani continua nessa tradição. Contudo, a receita familiar da avó teve algumas adaptações. Ela relata que sua avó utilizava o pilão para pilar a goma e que as medidas eram feitas com uma cuia (utensílio

de cabaça). Para bater a massa e os ovos, a avó utilizava garranchos (galhos tortos e torcidos de árvore), o que, atualmente, foi substituído por uma batedeira.

Diante da ausência de formas adequadas para o preparo, a avó reutilizava embalagens de sardinha como alternativa, demonstrando criatividade e adaptação às condições materiais disponíveis. Dona Silvani relata que, inicialmente, usava o pilão, mas o substituiu pelo liquidificador, por ser mais rápido e menos árduo. Porém, afirma que há pessoas que ainda utilizam o pilão de madeira.

Tal prática evidencia um processo de transmissão intergeracional de saberes que pode ser compreendido à luz do capital cultural bourdieusiano, que se refere ao conjunto de conhecimentos, habilidades, disposições e práticas adquiridos ao longo da vida (Bourdieu, 2007). No caso de Dona Silvani, o saber culinário transmitido pela avó e pela mãe é um exemplo de capital cultural incorporado — ou seja, internalizado como parte de sua identidade e de suas competências práticas.

Além do capital cultural, Bourdieu ajuda a pensar sobre a formação do *habitus* (2004), por ser “uma estrutura estruturada e estruturante: produto da história, ele produz práticas e representações” (Bourdieu, 2004, p.15) em que os conhecimentos culinários herdados da avó e da mãe constituem disposições incorporadas que orientam suas práticas cotidianas e sua inserção na economia popular, assim, como o hábito de preparar o pão de ló, a forma de vender, a escolha dos ingredientes — tudo isso pode ser visto como parte do *habitus* de Dona Silvani, moldado por sua trajetória familiar e social e naturalizado por ela e pela valorização dessa tradição em seu cotidiano.

Ao mesmo tempo, a difusão desses saberes pode ser interpretada como uma dádiva, nos termos maussianos, pois envolve não apenas a transferência de técnicas, mas também de vínculos afetivos e identitários que reforçam a coesão familiar e comunitária. Assim, na Teoria da Dádiva e Saberes Incorporados de Mauss (2003), a transmissão da receita do pão de ló pode ser vista como uma dádiva simbólica: um presente que carrega afeto, memória e pertencimento.

Salienta-se, então, que, para Mauss (2003), as trocas sociais não se limitam ao mercado: envolvem dar, receber e retribuir como forma de criar vínculos e obrigações sociais, pois, segundo o autor mencionado: “A dádiva não é apenas um objeto, mas um elo entre pessoas, uma forma de manter relações sociais” (Mauss, 2003, p.45). E, considerado, o saber culinário da avó e da mãe que chega à filha, tal dádiva é um presente entre as gerações que não se limita a técnica, mas, valores e afetos.

Essa transmissão reforça os laços familiares e comunitários, atuando como um sistema de reciprocidade. Dona Silvani aprendeu observando, tentando, errando e repetindo — um processo típico de incorporação de saberes tradicionais, que não se aprendem apenas por instrução formal, mas por vivência, repetição e imitação, em que Dona Silvani representa a terceira geração desses saberes e práticas alimentares.

A continuidade dessa prática reforça o papel das mulheres como guardiãs de saberes populares e na preservação e reinvenção de tradições. Nesse sentido, Santos (2000) destaca a importância de reconhecer e valorizar as experiências não institucionalizadas, que constituem formas legítimas de

conhecimento e resistência cultural, especialmente quando transmitidas no âmbito comunitário e familiar, como as de Dona Silvani, cujos saberes têm valor social e cultural, mesmo fora das instituições formais.

Além do pão de ló, Dona Silvani diversificou sua produção com a oferta de doces regionais, como doce de leite, de banana, de goiaba e de gergelim, entre outros, cujos ingredientes locais e técnicas tradicionais fazem parte da gastronomia regional do Cariri cearense. Mas há outro ponto que agrega à análise, a partir da experiência de Dona Silvani: a culinária como patrimônio cultural e identitário.

Para Montanari (2008), a alimentação é uma expressão cultural em todas as suas etapas — da produção, passando pela preparação, até o consumo — e está profundamente ligada à construção de identidades sociais. Nesse sentido, o preparo e a comercialização do pão de ló por Dona Silvani não se limitam a uma atividade econômica, mas representam a continuidade de um saber em que se entrelaçam identidade, troca, tradições e origens, ou seja, “As histórias que contamos nos lembram que toda cultura, toda tradição, toda identidade é um produto da história, dinâmico e instável, gerado por complexos fenômenos de troca, de cruzamento, de contaminação” (Montanari, 2008, p.189).

De início, a comercialização dos alimentos produzidos ocorria de forma itinerante, com vendas porta a porta. Com o tempo, suas atividades foram ampliadas por meio de redes de apoio, como o convite de uma amiga para participar de feiras locais, como, por exemplo, a Exposição Agropecuária do Crato - EXPOCRATO; Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados em Cordeiro, em Pernambuco; Exposição dos Produtos da Agricultura Familiar do Cariri - EXPROAF; Exposição de Arte e Cultura da Chapada do Araripe - EXPOAC, bem como na feira da Associação dos Peixotos, no distrito de Dom Leme. A inserção nesses espaços proporcionou maior visibilidade aos produtos e contribuiu para a consolidação de sua atuação empreendedora. O papel das feiras municipais no fortalecimento do associativismo e do desenvolvimento rural será abordado no tópico a seguir.

## **Segunda Rede que alimenta: Feiras Agrocológicas e o Associativismo no Desenvolvimento Rural**

Neste segundo tópico, destaca-se o papel das feiras municipais, das associações comunitárias e das instituições agrícolas no fortalecimento dos pequenos produtores, que compõem a segunda rede que sustenta a trajetória de Dona Silvani. Trata-se do associativismo rural no desenvolvimento do pequeno produtor, em particular, da participação feminina na agricultura familiar e das políticas públicas. A chamada **Rede que alimenta** agrega indivíduos, famílias, instituições e organizações que conectam quem planta a quem consome. Essa rede se materializa em feiras agrocológicas, cooperativas e associações locais, como a Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Peixotos, em Santana do Cariri, no Ceará.

A experiência de Dona Silvani evidencia como a organização coletiva, o acesso a políticas públicas e a valorização dos saberes locais podem transformar realidades, promovendo inclusão e autonomia, e não apenas gerando renda, mas também preservando culturas alimentares, promovendo segurança nutricional e fortalecendo os vínculos comunitários. Ao viabilizar o acesso a políticas públicas e fortalecer

o comércio local, tornam-se instrumentos estratégicos para o desenvolvimento territorial. Então, parte-se, portanto, da experiência dela, que comercializou produtos, por vários anos, como bolos, doces, sequilhos, goma e maracujá nas feiras, o que permitiu o aprimoramento de seus conhecimentos e a ampliação de sua rede de contatos.

Segundo Ramos e Vieira Filho (2023), o associativismo rural é uma ferramenta estratégica para superar os desafios enfrentados pela agricultura familiar, como, por exemplo, o fortalecimento do poder de negociação dos agricultores familiares, a capacitação técnica e o intercâmbio de boas práticas. E, conseqüentemente, podem contribuir para o desenvolvimento sustentável no local. Assim, se as feiras livres indicam e legitimam a cultura popular, bem como os comportamentos alimentares de uma região, as feiras agroecológicas têm materializado o elo entre os produtores e as políticas públicas como espaço de articulação comunitária. É nesse contexto que se insere a trajetória de agricultoras como Dona Silvani, que encontrou suporte institucional para expandir nas feiras locais, municipais e regionais, conforme registra a imagem abaixo:

Figura n.02: Dona Silvani expondo seus produtos na feira regional, EXPOCRATO



Fonte: Araújo (2023).

Na imagem, Dona Silvani está vendendo seus produtos na EXPOCRATO. O banner da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, ao fundo, indica apoio institucional e orientação técnica. A atuação de Dona Silvani na feira promovida pela EMATERCE pode ser compreendida como uma expressão concreta da economia solidária e da valorização da agricultura familiar no contexto do semiárido cearense. Sua presença como expositora evidencia o protagonismo feminino na produção e comercialização de alimentos de base familiar e contribui para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional da comunidade local, além de ajudar a manter a cultura alimentar e a economia da cidade.

O momento registrado — em que Dona Silvani realiza uma transação direta com o consumidor — representa não apenas uma troca econômica, mas também um elo de confiança entre a produtora e o público, além de demonstrar que a assistência técnica pode fortalecer pessoas e grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres rurais, ampliando sua autonomia econômica e social. Assim, a comercialização direta de produtos alimentícios por Dona Silvani evidencia a importância da agricultura

familiar como base da segurança alimentar e nutricional e da economia local e permite aos agricultores familiares acessar mercados institucionais de forma estruturada.

Segundo Abramovay (1997), a agricultura familiar não se define apenas pelo tamanho da propriedade, mas também pela centralidade da família na gestão dos meios de produção e na reprodução sociocultural do território. Nesse sentido, a feira funciona como espaço de circulação de saberes, produtos e estratégias para superar desafios, reduzir custos e fortalecer a capacidade de negociação. Também atuam como redes de apoio entre mulheres agricultoras, reforçando a identidade rural, a resistência cultural e o enraizamento das práticas produtivas no contexto local.

A capacitação oferecida por técnicos da EMATERCE, aliada ao suporte logístico e institucional, permite que agricultoras familiares, como Dona Silvani, indiquem o crescente protagonismo das mulheres na agricultura familiar. Pesquisas como as de Herrera (2015) apontam que, embora historicamente invisibilizadas, as mulheres têm desempenhado um papel central na produção de alimentos, na gestão das unidades familiares e na articulação de redes de solidariedade. Sua participação ativa na feira reforça a importância de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam esse protagonismo.

E as vendas têm dado resultado. Após cinco anos de intenso trabalho, ela pôde, finalmente, comprar um terreno maior e ampliar sua casa para criar galinha, produzir corante (ingrediente culinário elaborado a partir do urucum), plantar mandioca e produzir goma, cultivar feijão andu, fava e maracujá. O trabalho diário de Dona Silvani é intenso, porém, segundo ela, é gratificante repassar os conhecimentos aprendidos com a avó que saíram dos limites da cozinha da família e adquiriram outros significados, entre eles, o educacional.

Foi nesse percurso que aproximou Dona Silvani do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares de Santana do Cariri. Por esse caminho, ela conheceu os programas governamentais PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE. Articulam-se, então, os saberes tradicionais à economia popular e à autonomia financeira de mulheres; ou seja, os conhecimentos são mobilizados como recursos produtivos e identitários.

Ao participar do processo de compra denominado Chamada Pública, seu projeto de venda foi contemplado, passando a fornecer alimentos para a alimentação escolar, o que representou um ponto de virada em sua trajetória produtiva, garantindo autonomia e ampliando sua renda. Mardegan *et al.* (2022) destacam que o empreendedorismo feminino na gastronomia frequentemente se ancora em saberes culinários herdados, que funcionam como diferencial competitivo e elemento de valorização cultural.

De modo complementar, Oliveira (2025) argumenta que a inovação culinária, quando associada à preservação da identidade cultural, pode gerar valor econômico e promover sustentabilidade, permitindo que práticas tradicionais sejam adaptadas às demandas contemporâneas sem perder sua essência.

Dona Silvani não está sozinha. O protagonismo feminino na agricultura familiar reforça a participação de outras mulheres que lideram iniciativas agroecológicas e associativas em associações rurais do Cariri cearense, conforme demonstram Araújo, Santos e Alencar (2021). Dona Silvani conseguiu

integrar a rede de fornecedores de gêneros alimentícios para a alimentação escolar do seu município, o que será abordado no próximo tópico.

### **Terceira Rede que alimenta: A experiência de Dona Silvani do PNAE em Santana do Cariri**

Este terceiro tópico aborda as redes de apoio e de fortalecimento comunitário articuladas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa rede articula pequenos agricultores familiares e empreendedores rurais às escolas, envolvendo secretarias municipais, instituições de ensino da educação básica, associações de produtores, entidades técnicas e os conselhos de alimentação escolar. Trata-se de uma articulação intersetorial que atua de forma integrada para garantir o abastecimento escolar com alimentos saudáveis, regionais e culturalmente adequados, transformando o programa em um catalisador de práticas educativas, produtivas e cidadãs e como estratégia de desenvolvimento sustentável local. E como ocorre tal articulação?

O PNAE é uma das principais políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da alimentação saudável e adequada nas escolas (Brasil, *online*). Mais do que uma política nutricional, o referido Programa configura-se como uma estratégia de desenvolvimento local, articulando setores como educação, agricultura, saúde e assistência social.

Entre suas diretrizes, destaca-se a exigência de que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam destinados à compra de alimentos produzidos na agricultura familiar. Essa medida estimula a produção local, fortalece a economia dos pequenos produtores e promove cardápios com identidade cultural e nutricional.

A participação da sociedade, ou o controle social, é incentivada por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), que desempenham papel essencial na fiscalização dos recursos e execução do PNAE e na promoção de práticas alimentares saudáveis e adequadas nas escolas. O CAE é composto por representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil, como, por exemplo, pais de alunos, trabalhadores da educação e estudantes, entidades civis organizadas e representantes do Poder Executivo (Municipal, Estadual ou do Distrito Federal - DF), consolidando o programa como um canal institucional de inclusão produtiva.

Em Santana do Cariri, segundo o *Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SigPC)* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) houve um crescimento expressivo na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar pelo PNAE, ou seja, um aumento nas compras públicas entre 2020 e 2024, evidenciando a priorização da compra local proveniente da agricultura familiar para a merenda escolar

A esse respeito, houve o crescimento das compras públicas de Alimentos da Agricultura Familiar pelo PNAE (Santana do Cariri, 2023), segundo o registro do *Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SigPC)* – FNDE em que: de 2020 → 2021: aumento de R\$ 14.500; 2021 → 2022: aumento de R\$ 16.800; 2022 → 2023: aumento de R\$ 15.700; 2023 → 2024: aumento de R\$ 13.700. **Tais dados** não só mostram o

crescimento e o fortalecimento da rede de produtores locais, como também valorizam a alimentação escolar como política pública. Schottz (2023) e o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) apontam que, quando articulado com redes comunitárias e práticas agroecológicas, o PNAE pode promover autonomia econômica, segurança alimentar e valorização da cultura alimentar regional.

Quanto aos desafios enfrentados, especialmente na aquisição de alimentos da agricultura familiar nos municípios cearenses, Gomes (2023) aponta que, embora o programa fortaleça a economia local e promova segurança alimentar, muitos municípios enfrentam entraves técnicos e burocráticos para cumprir a exigência legal de 30%. Barreiras como a falta de capacitação, a baixa escolaridade e o desconhecimento dos processos de chamada pública ainda persistem.

No entanto, é inegável o potencial do programa para gerar renda, promover a inclusão social e melhorar a qualidade da alimentação escolar, como se ilustra neste estudo de caso, com base na experiência de Dona Silvani. Ela relata que o programa transformou sua vida. Ao fornecer sequilhos ao PNAE, ela não apenas ressignificou receitas familiares, como também melhorou sua renda: “principalmente para quem, assim como ela, é pequeno agricultor/produtor, pois garante a venda em maiores quantidades e permite um retorno melhor do que a venda de porta em porta no Dom Leme” (Entrevista, Dona Silvani, 2024).

O contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi decisivo para que ela conhecesse e se cadastrasse nos programas de compras públicas do PNAE. Sua trajetória mostra que, quando há articulação entre políticas públicas, o associativismo rural e o compromisso comunitário, é possível construir redes de alimentação escolar que promovem a inclusão, a saúde e o desenvolvimento local.

Por essa via, Dona Silvani participou da Seleção de Mulheres Rurais, pelo Edital de Chamada Pública n.º 01/2024, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), por meio do Projeto São José. Foram recebidas 2.917 propostas de negócios, apresentadas por mulheres que moram em comunidades rurais cearenses, com o objetivo de “fortalecer negócios já existentes e, assim, promover a independência financeira e o reconhecimento social das mulheres” (SDA, *Online*). Dentre essas, “200 iniciativas que receberão recursos de até R\$ 30 mil para investir em projetos e assessoria técnica, para fortalecer atividades econômicas produtivas agrícolas e não agrícolas” (SDA, *Online*).

Na seleção, Dona Silvani foi aprovada em 139º lugar e, com o recurso, reformou a cozinha, instalando uma pia de mármore para facilitar a limpeza dos recipientes, evitar a umidade e as altas temperaturas, além de garantir a durabilidade do investimento. Ela também construiu um espaço extra no quintal, ao lado da cozinha, para apoiar a produção, comprou novos equipamentos, como, por exemplo, uma bancada grande de inox, formas maiores, a indumentária apropriada, etc., e agora tem o apoio de uma assessoria técnica. Segue o registro do investimento realizado:

Figura n.3: Dona Silvani e a ampliação da infraestrutura



Fonte: Araújo (2024).

Atualmente, ela continua vendendo de porta em porta no Dom Leme e participa de feiras e programas públicos. Com o apoio da irmã, divulga seus produtos nas redes sociais, o que ampliou sua visibilidade e acelerou as vendas. Seus produtos são encomendados por clientes de Santana, Crato, Juazeiro do Norte e até de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, e sua experiência demonstra como políticas públicas bem articuladas podem transformar vidas e fortalecer comunidades.

Poder-se-ia abordar a Quarta Rede que deveria alimentar, mas ainda não faz: as universidades — redes que alimentam conhecimentos, formam docentes e articulam os saberes da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar. Contudo, tal aproximação ainda carece de interesse político e institucional, o que evidencia uma lacuna entre a produção acadêmica e a prática educacional cotidiana na escola.

A esse respeito, o **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (2012)**, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destaca com bastante ênfase a importância da articulação de saberes com as universidades como parte fundamental da construção de políticas públicas eficazes em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) de forma intersetorial, interdisciplinar e dialógica, e nesse contexto, as universidades desempenham um papel estratégico.

Bezerra (2018) propõe que a EAN seja compreendida como uma prática pedagógica crítica, emancipadora e interdisciplinar, que ultrapassa os limites da nutrição técnica para dialogar com temas como cultura alimentar, sustentabilidade, saúde coletiva e direitos humanos. Essa abordagem está em sintonia com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhecem a EAN como tema transversal essencial à formação cidadã.

Apesar do potencial transformador da universidade como espaço de formação crítica e interdisciplinar, a EAN permanece, em muitos casos, restrita a ações pontuais ou projetos isolados, sem integração efetiva às diretrizes curriculares. A ausência de políticas públicas que incentivem essa articulação compromete a consolidação da EAN como eixo estruturante da educação básica, dificultando a formação de professores capazes de abordar a alimentação como prática social, cultural e ambiental.

Nesse contexto, torna-se urgente fortalecer parcerias entre universidades, escolas e comunidades, valorizando os saberes locais e promovendo uma educação alimentar que dialogue com os princípios da cidadania, da sustentabilidade e da saúde coletiva.

## **Considerações Finais**

Este texto teve como objetivo analisar as redes que alimentam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), partindo das experiências locais, a exemplo da trajetória de Dona Silvani, de Santana do Cariri - CE, na promoção da segurança alimentar, da inclusão produtiva e da valorização da cultura alimentar regional. Para tanto, ao longo do texto tratou-se de três redes que alimentam a intersetorialidade do PNAE, a saber: Primeira Rede que Alimenta: O pão de ló e os sequilhos de Família; Segunda Rede que alimenta: Feiras Agroecológicas e o Associativismo no Desenvolvimento Rural e a Terceira Rede que alimenta: A experiência de Dona Silvani do PNAE em Santana do Cariri.

A experiência de Dona Silvani ilustra como a articulação entre associativismo rural, formação técnica e políticas de incentivo pode transformar trajetórias individuais e coletivas, promovendo a autonomia econômica e o protagonismo feminino. Além disso, a participação em editais, como o Projeto São José, demonstra que o investimento em mulheres rurais gera impactos concretos na infraestrutura produtiva e na circulação de saberes alimentares.

Em Santana do Cariri, o crescimento das compras públicas da agricultura familiar evidencia o fortalecimento da economia local e o compromisso com uma alimentação escolar saudável, adequada e identitária. Os achados deste estudo evidenciam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), quando articulado com redes comunitárias, políticas públicas e práticas agroecológicas, atua como um potente instrumento de inclusão produtiva, de segurança alimentar e nutricional, de valorização da cultura alimentar regional e de estratégia que contribui para o desenvolvimento local sustentável.

Por fim, a análise aponta para a necessidade de consolidar uma Quarta Rede que alimenta — as universidades — como espaços estratégicos de formação docente e de profissionais, de produção de conhecimento e de articulação curricular da Educação Alimentar e Nutricional. Embora ainda haja lacunas institucionais e políticas nesse campo, reconhece-se o potencial transformador da EAN como prática educativa crítica e interdisciplinar. Fortalecer essas redes é essencial para construir uma educação que nutre não apenas corpos, mas também territórios, culturas e cidadanias.

**REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

ARAÚJO, Bruna Dayane Xavier de; SANTOS, Camila Dutra dos; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. Mulheres camponesas e suas experiências agroecológicas no Cariri cearense. Pós-Graduação/XIV Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação/Encontros *Universitários da UFC*, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/eu/article/view/75347>. Acesso em: 3 set. 2025.

ARAÚJO, Cícera Alves de (Dona Silvani). **Entrevista**, Santana do Cariri, 2024.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação alimentar e nutricional**: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC; Brasília, DF: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 2, de 18 de janeiro de 2012*. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a utilização obrigatória do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-2-2012\\_115490.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-2-2012_115490.html). Acesso em: 07 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-26-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/sistemas/sigpc-aceso-publico>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: saúde. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Rede Brasileira de Bancos de Alimentos**. Brasília: MDS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/rede-brasileira-de-bancos-de-alimento>. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/assuntos/seguranca-alimentar/publicacoes/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 09 set. 2025.

CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, Secretaria do Desenvolvimento Agrário. **SDA divulga lista de propostas inscritas no edital Mulheres Rurais. 29 de maio de 2024 - 16:33**. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2024/05/29/sda-divulga-lista-de-propostas-inscritas-no-edital-mulheres-rurais>. Acesso em 4 set. 2025.

CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Turismo Religioso: Monumento da Beata Menina Benigna, com 26 metros de altura, começa a ser erguido em Santana do Cariri. **20 de fevereiro de 2024 - 10:11 #meninabenigna #monumento #obra #Cariri #sop**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/02/20/monumento-da-beata-menina-benigna-com-26-metros-de-altura-comeca-a-ser-montado-em-santana-do-cariri/>. Acesso em 29 set. 2025.

CEARÁ, Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA). Relatório de ações do Projeto São José IV. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2023. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/12/31/projeto-sao-jose-apresenta-balanco-das-acoes-de-2023/>. Acesso em: 09 set. 2025.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO CEARÁ (FETRAECE). **Feira Cearense da Agricultura Familiar – Relatório técnico**. Fortaleza: FETRAECE, 2022. Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/>. Acesso em: 09 set. 2025.

GOMES, Ludmir dos Santos. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e as compras de produtos da agricultura familiar pelos municípios do Ceará**. 2023. 111 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75559>. Acesso em: 7 set. 2025.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132975>. Acesso em: 09 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Santana do Cariri – CE: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/santana-do-cariri.html>. Acesso em: 01 set. 2025.

MALUF, Renato Sérgio (Org.). **Segurança alimentar e nutricional: conceitos e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/61/54/257-1>. Acesso em: 09 set. 2025.

MARDEGAN, Sandiely Domingos; CECCON, Talita Benites; OLIVEIRA, Sandra Gehlen de; MEDEIROS, Juliana de; NUNES, Maria Izabel de Souza. O empreendedorismo feminino e a

gastronomia: uma revisão narrativa da literatura. **Anais do Congresso Internacional de Gastronomia, Nutrição e Saúde – CONIGRAN**, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/conigran2022/502098-o-empendedorismo-feminino-e-a-gastronomia--uma-revisao-narrativa-da-literatura/>. Acesso em: 3 set. 2025.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

METRÓPOLES. **Brasil que Alimenta: a estratégia que tirou o Brasil do mapa da fome**. Brasília: Metrópoles, 28 ago. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/conteudo-especial/brasil-que-alimenta-a-estrategia-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 01 set. 2025.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. Tradução de Leticia Martins de Andrade. São Paulo: Senac, 2008.

OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (ÓAÊ). **Experiências territoriais do PNAE: alimentação como prática educativa**. Brasília: ÓAÊ, 2023. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/>. Acesso em: 09 set. 2025.

OLIVEIRA, Thirsa da Cunha. Inovação culinária e empreendedorismo no século XXI: caminhos para a sustentabilidade, a identidade cultural e a geração de valor econômico. In: **Revista Linguística, Letras e Artes**, v. 29, n. 147, p.5-22, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/inovacao-culinaria-e-empendedorismo-no-seculo-xxi-caminhos-para-a-sustentabilidade-identidade-cultural-e-geracao-de-valor-economico/>. Acesso em: 3 set. 2025.

PROJETO LAVIDA: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC CEARÁ). **Museu Orgânico da Agricultura Familiar da Chapada do Araripe: práticas sustentáveis e cultura camponesa**. Santana do Cariri: Projeto Lavida/SESC Ceará, 2025. Disponível em: <https://portaldocomercio.org.br/sistema-comercio/sesc-ce-inaugura-museu-organico-da-agricultura-familiar-em-santana-do-cariri>. Acesso em: 01 set. 2025.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. *Desenvolvimento regional da agricultura familiar: cooperativismo e associativismo*. In: **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, n. 1, p. 1–23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/83024/83769>. Acesso em: 01 set. 2025.

SANTANA DO CARIRI, Prefeitura Municipal de Santana do Cariri. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para serem disponibilizados em todas as escolas do município**. Santana do Cariri, 08 dez. 2023. Disponível em: <https://www.santanadocariri.ce.gov.br/informa/880/aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-que-s>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em [edu/42727861/Boaventura\\_de\\_Sousa\\_Santos\\_A\\_critica\\_da\\_razao\\_indolente](https://edu/42727861/Boaventura_de_Sousa_Santos_A_critica_da_razao_indolente). Acesso em: 3 set. 2025.

SCHOTTZ, Vanessa. *Mulheres, agroecologia e alimentação escolar [livro eletrônico]: recomendações ao PNAE / texto de Vanessa Schottz; contribuições de Mariana Santarelli*. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2023. PDF. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Web-Mulheres-Agroecologia-e-Alimentacao-Escolar.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

Recebido em: 16 de outubro de 2025.  
Aprovado em: 03 de outubro de 2025.